



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
SEPN 505 - Lote 02 - Bloco B - Edifício Marie Prendi Cruz – Sala 113
Brasília/DF - CEP 70.730-542
Fone: (61) 2028-1364

Reunião ordinária do Consórcio ZEE Brasil

14/12/2017

PARTICIPANTES:

- ✧ Bruno Abe Saber Miguel – MMA
- ✧ Monica Assad – MI
- ✧ Leila Porto – CODEVASF
- ✧ Franco Lo Monaco Vidili – MMA
- ✧ Elaine Coelho – MMA
- ✧ Adriana Bayma – MMA
- ✧ Adriana Reatto – EMBRAPA
- ✧ Valter Marques – CPRM
- ✧ Shirley Santos – CENSIPAM
- ✧ José Sales – PETROBRAS
- ✧ Fabiano Alves – IBGE
- ✧ Alexandre Tofeti – ANA

PONTOS DE PAUTA:

- 1-Mecanismos para internalização do ZEE nas instituições do Consórcio
- 2-Proposta Regimento Interno
- 3-Abordagem de serviços ecossistêmicos
- 4- Geossistemas, geodiversidade e plataforma de informações georreferenciadas
- 5- MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
- 6- MacroZEE do Centro-Oeste
- 7- Informes sobre o ZEE dos estados do Mato Grosso e de Roraima
- 8- Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal (SIAGEO Amazônia)
- 9- Monitoramento ZEE Costeiros

ASSUNTOS TRATADOS:

- 1 O gerente de projetos Bruno Abe Saber, do Departamento de Zoneamento Territorial deu
- 2 início a reunião, dando boas-vindas aos participantes, iniciou contextualizando aos
- 3 representantes sobre a agenda de trabalho do colegiado no ano passado. Resgatou o papel do
- 4 Consórcio ZEE Brasil na elaboração do planejamento das atividades que pautam o colegiado,
- 5 definindo os objetivos e ações. Destacou que as pautas desta reunião estão diretamente
- 6 associadas às linhas de ações definidas no referido planejamento. Em seguida, foi dada a
- 7 palavra para que cada membro se apresentassem e realizassem um breve comentário acerca da
- 8 incorporação do ZEE nas suas instituições.

9 A Sra. Leila Porto, representante da Codevasf, comentou que a questão da internalização do
10 ZEE em sua instituição não é uma tarefa fácil devido as constantes descontinuidades da
11 administração que ocorrem. Concluiu dizendo que a Codevasf investiu muita energia nos
12 últimos dois anos no Plano Novo Chico.

13 O Sr. Sales Melo, contextualizou o papel que a Petrobrás tem tido em relação a agenda do
14 ZEE, informou que o foco maior da Petrobras é o de fornecer subsídios acerca dos temas
15 correlatos. Informou também que é habitual os assuntos pautados neste colegiados serem
16 levados há uma discussão coletiva na instituição antes de se manifestar qualquer decisão
17 formal.

18 A Sra. Sheila Santos, representante do CENSIPAM, não há ações no PPA da instituição
19 vinculadas ao ZEE, porém a instituição está promovendo duas iniciativas que podem auxiliar
20 a agenda do ZEE como o projeto Amazônia SAR e o programa Cartografia da Amazônia.

21 O Sr. Valter Marques, representante da CPRM, relatou que o zoneamento em seu processo
22 histórico influenciou a instituição ter uma visão ambiental nas suas estratégias. Resgatou
23 sobre a importância da disponibilização das informações com o auxílio das tecnologias
24 existentes atualmente, citando o exemplo do SIAGEO, dentre outros. Informou que no âmbito
25 do consorcio ZEE Brasil a CPRM tem atuado junto ao estado de Roraima, Pará e Maranhão e
26 que atualmente a CPRM está mapeando mais de 800 municípios quanto aos riscos de
27 inundação, deslizamento etc. Sobre a elaboração do TDR do ZEE do Centro-Oeste, informou
28 que a instituição, que foi delegada pelo colegiado como a responsável pela sua elaboração,
29 está em uma fase de reflexão sobre como se dará a elaboração deste documento, não tendo
30 ainda uma versão apropriada para apresentação.

31 A Sra. Adriana Reatto, representante da Embrapa, relatou que a Embrapa tem linhas de ações
32 que são refletidas no portfólio da instituição, e que uma pesquisa sobre estes portfolios
33 poderia identificar agendas convergentes com a do ZEE.

34 O Sr. Alexandre Toffeti, representante da ANA, relatou que há dificuldades no processo de
35 sensibilização interna do órgão, porém relatou que são executadas agendas que convergem
36 com o ZEE como os Planos de Recursos Hídricos.

37 A Sra. Adriana Bayma, suplente do coordenador do colegiado e analista ambiental do MMA,
38 informou que a questão da biodiversidade é uma agenda extensa que é executada pelo MMA,
39 como as metas de conservação da biodiversidade, áreas prioritárias, que traz novas formas de
40 abordagem, evitando o entendimento equivocado do trabalho como ocorrem corriqueiramente
41 com as áreas elaboradas em 2007.

42 O Sr. Fabiano Alves, representante do IBGE, ressaltou que atualmente há um trabalho em fase
43 de assinatura em parceria com o ICMBIO, que visa a validação dos polígonos das Unidades
44 de Conservação. Relatou também sobre a iniciativa em fase de finalização de mapeamento na
45 escala 1 para 25000 do Estado do Rio de Janeiro, assim entendendo-se sobre convergências
46 destas iniciativas e do interesse do IBGE no envolvimento na agenda do ZEE.

47 O Sr. Alexandre Tofeti, sugeriu à equipe do DZT a possibilidade de realização de reuniões
48 bilaterais com as instituições do consórcio, pois entende que as informações ficam muito
49 restritas ao próprio MMA.

50 O Sr. Bruno Miguel relatou que a questão da sensibilização das instituições e entende que o
51 foco é da energia a estas bilaterais, ressaltando que isso também deve partir da própria direção
52 do MMA e não só do DZT. Ressaltou sobre a iniciativa em andamento sobre a elaboração do
53 plano de comunicação do ZEE, que está em execução. Ressaltou que a plataforma do MMA
54 denominada Biosfera pode ser o locus para fortalecer estas conversas interinstitucionais.

55 O Sr. Valter Marques salientou que devem se definir prioridades e fugir da lógica tradicional
56 de se elaborar mapas. Salientou que entende que não se deve construir mapas de zoneamento

do Centro Oeste, e sim apontar processos econômicos e sociais da região para que o Consórcio ZEE Brasil, Ministérios, identificando consequências dos principais vetores, partindo destas análises econômicas sobre estes processos.

A Sr.^a Monica Borges, representante do MI, relata que não se deve esquecer o caráter político do ZEE, salientando que o trabalho puramente técnico pode ficar abandonado caso não faça também esse cotejamento da dimensão política.

O Sr. Bruno Miguel corrobora com as falas anteriores e diz que o ZEE muitas vezes é visto como um instrumento de gestão territorial, quando na verdade é um instrumento de planejamento que tem o objetivo de fomentar e subsidiar as decisões técnica-políticas de um determinado território.

O Sr. Valter Marques destacou o trabalho da CPRM em parceria com os estados acerca do mapeamento dos riscos geológicos dos 900 municípios, relatando que tal processo também é um zoneamento ecológico pois o homem faz parte e econômico pois os riscos pode trazer prejuízos materiais e imateriais nestas localidades.

Dando prosseguimento, o Sr. Bruno Miguel passou para o segundo ponto da pauta, que é o de apresentar a proposta de regimento interno do Consórcio, que partiu de uma necessidade apontada pelo próprio colegiado. Resgatou que esta proposta foi elaborada pelos próprios membros do colegiado nos anos de 2009 e 2010. Assim essa proposta deve ser o ponto de partida para as eventuais melhorias, que serão aportadas pelos representantes que se interessem em tratar deste assunto, já sinalizando que o MMA tem interesse imediato de fazer parte do grupo que se debruçar nesta tarefa.

Os representantes do Censipam e Codevasf manifestaram-se interessados em estar participando deste grupo dedicado a formulação do regimento interno.

Assim, o Sr. Bruno Miguel, não havendo mais nenhuma manifestação, encerrou a discussão sobre este tema e passou para o próximo ponto de pauta, que trata da abordagem dos serviços ecossistêmicos na agenda do ZEE. Resgatou que este tema foi tratado em seminário com os membros do consórcio para enriquecer um TDR sobre isso. Salientou que a iniciativa da atualização o Diagnóstico do Macrozoneamento da BHSF tem sido um locus sobre uma primeira experiência dessa aproximação metodológica e técnica na abordagem de Serviços Ecossistêmicos. Assim passou-se a palavra à analista Ambiental Elaine Abreu, para apresentar o Termo de referência que visa a execução, por meio de pessoa jurídica, de um estudo sobre estas possibilidades de abordagem na metodologia do ZEE, visando sua aprovação pelo colegiado.

A Sra. Elaine Coelho, Analista Ambiental do MMA, fez uma breve contextualização da agenda institucional vinculada ao tema de serviços ecossistêmicos. Resgatou que os marcos legais e as diretrizes metodológicas do ZEE já abordam, de alguma maneira, os serviços ecossistêmicos, e neste sentido este esforço atual visa simplesmente moldar melhor esta abordagem.

Finalizada a apresentação, os participantes elencaram dúvidas e sugestões pontuais, que serão, dentro das possibilidades, internalizadas ao TDR e repassadas aos membros posteriormente.

Passou-se então ao próximo ponto que trata sobre a questão dos geossistemas, que o representante da CPRM, Sr Valter Marques propôs apresentar.

O Sr. Valter Marques iniciou sua fala destacando que este trabalho foi fruto de seu mestrado e visou apontar pontos fortes, fracos, aptidões e fragilidades do Território, para tanto utilizou a metodologia do DPSR para estudar o estado do Maranhão. Finalizando sua apresentação, o Sr. Valter destacou algumas fragilidades que devem ser consideradas no maranhão no contexto da dinâmica territorial do Maranhão na região do MATOPIBA.

104 O Sr Bruno Miguel destacou que, sobre a região do MATOPIBA, a CCZEE considerou não
105 ser uma área prioritária para o desenvolvimento de um ZEE, mostrando assim que há certas
106 dissonâncias entre os tomadores de decisão e as demandas reais do território.

107 Seguindo a pauta prevista, o Sr. Bruno Miguel apresentou a proposta de calendário de
108 reuniões para o ano de 2017, com reuniões ordinárias no dia 18 de maio e 26 de outubro.

109 Em seguida, o Sr. Bruno Miguel deu prosseguimento a pauta, com a apresentação da
110 iniciativa relacionada a BHSF, sobre a atualização do diagnóstico. Contextualizou os
111 participantes resgatando que o consórcio deve uma participação mais efetiva no início dos
112 trabalhos, mas devido os prazos contratuais e outros fatores, não foi possível possibilitar a
113 participação tão efetiva no decorrer do trabalho. Salientou que houve a criação de um GT com
114 pessoas das instituições que compõem o Consórcio Zee Brasil, do Comitê da bacia e de
115 representantes dos estados da bacia para acompanharem o andamento dos trabalhos, e que
116 inclusive estas pessoas são peças chave para que o diagnóstico dialogue com outros
117 instrumentos de planejamento que permeiam a região. Assim entende que este é o momento
118 ideal para acionar este grupo a fim de receber os aportes necessários para suas eventuais
119 melhorias do produto “análise integrada” com versão preliminar já disponível para repassar
120 aos membros. Considerando que há um vazio de ZEEs estaduais em parte da bacia, o
121 Macrozoneamento se constata como um norteador para região. Salientou que para fase de
122 prognóstico, a participação dos membros do consórcio iniciou-se já fase de elaboração do
123 TDR, e que o trabalho envolverá uma série de oficinas e consultas que permitirão uma
124 participação mais abrangente e efetiva de todos.

125 O Sr. Alexandre Tofeti, representante da ANA, ressaltou que é de extrema importância o
126 acompanhamento dos trabalhos contratado a fim de garantir que o trabalho se valia realmente
127 de uma contextualização territorial e não focada nos recursos hídricos.

128 Em seguida, dando andamento a pauta planejada, passou-se aos informes sobre os estados,
129 relatando que algum estado vem demandando o MMA sobre suas respectivas agendas de ZEE
130 solicitando apoio do consórcio ZEE Brasil. Assim destacou a questão de três estados, sendo
131 Mato Grosso, Paraná e Roraima. Em Roraima as instituições do consórcio ZEE Brasil
132 (CPRM e IBGE) já estão auxiliando, dentro de suas possibilidades e competências, o estado
133 que está realizando ajustes de seu zoneamento que não foi reconhecido pela CCZEE em 2009.
134 Já Para o Estado de Mato Grosso que também solicitou auxílio do Consórcio para auxiliar
135 numa reaproximação técnica a fim de se resgatar a agenda no estado, que teve seu ZEE
136 suspenso por vias judiciais e também não reconhecido pela CCZEE. Já o Estado do Paraná
137 concluiu seu ZEE da porção do Litoral e assim vislumbra o reconhecimento do Consórcio e
138 da CCZEE. Assim sugeriu o encaminhamento sobre as respostas à demanda de cada uma das
139 situações, sendo o auxílio ao estado de Mato Grosso na revisão de seu ZEE, avaliação pelo
140 Consórcio sobre o ZEE do litoral do Paraná e sobre Roraima que devemos tentar angariar um
141 maior esforço para continuar no apoio já iniciado.

142 O Sr. Valter Marques destacou a necessidade de uma aproximação com o Estado de Roraima,
143 devido ao seu contexto territorial complexo, tanto na questão fronteiriça quanto nas questões
144 ambientais e estratégicas de grandes bacias da Amazônia.

145 O Sr. Alexandre Tofeti sugeriu a utilização das salas de vídeo conferência da ANA para
146 possibilitar as conversas entre consórcio/ MMA /Estados.

147 Passados os informes, o Sr. Bruno Miguel passou a palavra ao Sr. Fábio Abreu, Analista
148 Ambiental do MMA, para apresentar a iniciativa do SIAGEO, sistema informacional fruto de
149 uma parceria estabelecida entre a Embrapa, MMA e os estados da Amazônia Legal, que
150 contou com o apoio financeiro da FINEP.

151 O Sr. Fábio Abreu fez uma breve contextualização sobre o projeto que culminou no SIAGEO
152 e salientado que o portal veio a convergir com os próprios marcos legais do ZEE e do

Governo Federal sobre a disseminação, transparência e acesso à informação. Assim, de forma sintética, foi apresentado a página do portal SAGEO demonstrado suas principais funcionalidades, sendo as principais o acesso às informações geoespaciais com metadados, dos documentos técnicos das iniciativas de ZEEs nos estados da Amazônia legal, assim como os módulos de cruzamento de informação elaborados pela Embrapa CNPTIA denominados módulo bancário e módulo de análise espacial. Salientou que a Embrapa CNPTIA que foi desenvolvedora do sistema, utilizou somente ferramentas livres para sua implementação. Informou que o sistema já está em pleno funcionamento, e que as capacitações nos estados já estão em andamento e servem também para recebermos informações atualizadas e melhorias do sistema.

Feita a apresentação, e sem maiores intervenções, e em decorrência do tempo, o Sr. Bruno deu como encerrada a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

- O grupo de trabalho para elaboração do regimento interno do colegiado será composto por MMA, Codevasf e Censipam;
- O grupo de trabalho para revisão da publicação das diretrizes metodológicas do ZEE será composto por MMA, Embrapa, IBGE e Codevasf;
- Calendário de reuniões para 2017 – as datas acordadas foram os dias 18 de maio e 26 de outubro.
- Atendimento das demandas dos estados do Paraná, Mato Grosso e Roraima, considerando suas especificidades. Sobre o Paraná, caso mais prático e operacional, o MMA irá enviar o documento técnico aos membros para avaliação.